

EXAME DE TEORIA GERAL DO DIREITO PRIVADO

Responda, em termos sucintos, mas fundamentados, às seguintes questões:

- a) António, residente em Lisboa, foi contactado por uma empresa do Porto, que lhe propôs a celebração de um contrato de trabalho. Entusiasmado com essa possibilidade, António enviou a Bento, seu senhorio, uma carta destinada a pôr fim ao contrato de arrendamento da casa em que vivia. No entanto, já depois de confirmada por Bento a aceitação da cessação do referido contrato de arrendamento, a tal empresa do Porto comunicou a António que já não o pretende contratar, porque entrou em situação de insolvência. António pretende assim recuar na sua intenção de fazer cessar o seu contrato de arrendamento, sendo, no entanto, confrontado com a posição de Bento que apenas está disponível para celebrar um novo contrato, com uma renda substancialmente superior. Pode António impor a Bento a manutenção do anterior contrato de arrendamento, sem qualquer alteração das suas condições iniciais?
- b) De partida para umas longas férias, António encarregou Bento de cuidar da sua casa, deixando-lhe para esse efeito uma procuração em que lhe atribuiu poderes para "praticar todos os actos que se mostrem necessários ou convenientes à conservação" da referida casa, "segundo o exclusivo critério de Bento". Passados uns meses, esclarecendo que a casa era de António, Bento contratou Carlos para pintar a casa de branco, porque detestava casas pintadas de amarelo. Carlos concluiu o trabalho, pretendendo agora receber o valor acordado com Bento. No entanto, António recusa pagar esse montante, porque "nada tem que ver com aquele contrato celebrado entre Bento e Carlos". De igual modo, Bento recusa pagar, porque sempre disse que a casa era de António. Pode Carlos, com fundamento no contrato celebrado, exigir o pagamento do montante em causa a António ou a Bento?
- c) António, atenta a lei aplicável ao exercício da sua profissão, está legalmente impedido de deter participações em sociedades comerciais. Pediu então a Bento, seu amigo, que – usando dinheiro que António lhe entregaria – adquirisse a Carlos uma quota numa sociedade por quotas. Depois, quando António se reformasse, Bento "passaria" a referida quota para o nome de António. No entanto, dois anos depois, a sociedade em causa foi declarada insolvente e António desinteressou-se da mesma. António contactou então Carlos dizendo-lhe que este tinha de lhe devolver o dinheiro pago por Bento, contra a devolução da quota adquirida por este. Diz António que, uma vez que Bento tinha sido o seu "testa de ferro", o contrato entre Bento e Carlos deveria, afinal, valer como um contrato entre António e Carlos. Assim sendo, porque a transmissão de quotas teria de ser celebrada por escrito (conforme disposição legal imperativa) e ainda porque António não poderia adquirir participações em sociedades comerciais, o referido contrato era nulo. Tem Carlos forma de se opor a esta pretensão de António?

Duração do exame: 2:30;

Exame com consulta;

Cotação individual das perguntas: 1/3 para cada questão.

Erro por alteração
das circunstâncias

Sobre a
matéria da
representação

Simulação

Reserva
mental?

Compraram